

Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

CONSERVAR PARA QUÊ? APONTAMENTO

por

Susana Oliveira Jorge*

Resumo: Algumas reflexões sobre o significado de “re-presentar o passado” (neste caso, sob o ponto de vista do arqueólogo) para o(s) público(s) de uma sociedade de consumo como a nossa.

Palavras-chave: Conservação; património; produção do passado.

Abstract: Some thoughts about the meaning of “re-presenting the past” (in this case, from an archaeological point of view) to the public(s) of a consumption society as ours.

Key-words: Conservation; heritage; production of the past.

0. Durante mais dum ano resisti ao desafio de escrever sobre a problemática específica da “musealização de sítios do passado”. A leitura de M. Guillaume e M. Augé, entre outros, tinha-me dado a perfeita noção da complexidade e transversalidade do tema e do risco que comportava abordá-lo sem uma prévia, intensa e lenta incursão em mundos aparentemente tão diversos como “modernidade”, “património”, “conservação”, “tempo”, “passado”, ou “ruína”. Ou até mesmo “felicidade”.

O coordenador deste livro insistiu de forma insidiosa: pediu-me um resumo do que eu havia dito aquando da mesa-redonda, na Primavera de 2004, acrescentando que eu não podia negar-me a escrever meia dúzia de linhas sobre um tema que fazia parte da minha vida nos últimos anos. De facto, eu lidero um projecto de valorização dum sítio arqueológico do Alto Douro, mas a concepção de tal projecto nunca me exigiu mais do que um texto programático. E tudo o que eu pensei e penso sobre a acção de “musealizar ruínas”, é, apesar de tudo, algo mais do que está contido no texto programático do dito projecto.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. CEAUCP (FCT). E-mail: vojsoj@sapo.pt

Enfim, houve um momento em que me cansei de fugir ao repto. Não que eu pense que, actualmente, tenha muito a dizer de novo sobre o assunto. Mas o pouco que possa e saiba dizer, à laia de testemunho, mesmo que não seja novo, talvez acalme a ansiedade do coordenador deste livro, e me liberte da expectativa com que ele aguarda este texto para o integrar na cadeia de produção de mais uma obra, desta vez colectiva.

1. Algumas evidências sobre a produção do passado

Como se sabe, conservar, representar/reactivar ou encenar o passado, insere-se numa *ideologia do presente* que vive obcecada com a evidência e a inteligibilidade.

No entanto, a fórmula conservacionista, pela sua própria lógica de actuação, constitui-se como um poderoso mecanismo de cristalização do processo de descontextualização das materialidades sobre as quais trabalha. Como bem nos lembra M. Guillaume: “(...) todo o objecto submetido à museografia *muda de estatuto*: desinserido de uma estrutura simbólica onde desempenhava um papel activo, ele perde o essencial das suas significações anteriores para integrar um dispositivo onde se limita a cumprir determinadas funções.” (Guillaume, M., 2003a, p. 105).

Conservar é suspender a interrogação para dar voz a uma qualquer resposta. Conservar uma ruína implica suprimir, mesmo que transitoriamente, a degustação da sua fisicalidade e impor-lhe uma rigidificação de sentidos. Construir ruínas, fabricar monumentos emerge em contextos contemporâneos que prestam culto ao esquecimento. O esquecimento faz parte intrínseca da modernidade e, paradoxalmente, ele é tanto mais notório quanto vive numa magnífica dissimulação: a de que a modernidade estaria interessada em compreender/recuperar/memorizar o passado, não em o olvidar. Encenar o passado, através da construção de monumentos, seria uma das formas de estabelecer continuidade com o passado, uma vez que tais ruínas conservadas, aparentemente, reactivariam, pela sua simples materialidade, esse mesmo passado. E, no entanto, como bem o afirma M. Guillaume, a conservação moderna mais não faz do que, de forma desviante (e algo tortuosa), espelhar a mais incisiva de todas as manipulações que a modernidade alguma vez exerceu sobre o dito passado: decretar a sua própria morte.

Conservar faz parte, antes de mais, dum programa mais vasto que estipula a inexorável descontinuidade com o passado: “[A política do património] esforça-se por pôr em cena uma continuidade com o passado, quando a conservação é precisamente o local de uma ruptura com ele, ruptura que ela está, pois, condenada a dissimular perpetuamente.” (Guillaume, M., 2003a, p. 125).

Por outro lado, conservar também é construir algo que tem de ser necessariamente “partilhado”, ou seja, *consumido* pelo maior número de pessoas. Conservar insere-

-se num amplo processo de consumo global que se opera no quadro dum projecto, em curso, de musealização do mundo. Conservar ruínas implica a montagem dum *espectáculo patrimonial* que visa induzir *emoção* (individual e colectiva), num dado momento presente, e num dado espaço, por força do poder de “revivificação do passado acontecido”.

É a partir destas evidências (como a aceitação de que conservar se integra numa ideologia do presente que sanciona uma espécie de *totalitarismo patrimonial*, e de que dele faz parte integrante o espectáculo da encenação do passado, enquanto fórmula de *dar utilidade social à morte* que a própria modernidade gerou) que tem algum sentido perguntar: conservar para quê? o quê? para quem?

2. Conservar para quê?

Esta pergunta suscitaria muitos tipos diferentes de abordagens. E, certamente, cada uma delas deveria apoiar-se em argumentações exaustivas. Neste ponto, saliento apenas dois “clichés” que fazem parte da miragem conservacionista: – conservar serve para preservar e transmitir o que resta da *memória* colectiva (dum povo, duma região, duma nação ou mesmo do mundo); – e também, já agora (lugar comum vulgar), conservar serve para preservar *identidade ou identidades* passadas e/ou presentes, situadas a diferentes escalas.

Aparentemente, a modernidade teria horror à liberdade do esquecimento, exortando os cidadãos e as instituições ao “dever da memória” (Jeudy, H.-P., 2001, p. 9), dever moral face à depredação constante dos vestígios do passado num mundo em veloz transformação e rarefacção, num mundo à beira da catástrofe.

A conservação patrimonial salvar-nos-ia da eliminação dum passado que se queria, a todo o custo, rememorar, já que também só existe o que é passível de se expor, para ser visto, fixado, compreendido.

É do senso comum dizer que todas as sociedades encenam o passado, mas as sociedades modernas ocidentais fabricam-no recorrendo à construção de memórias e identidades no interior duma esfera eminentemente política. Todavia, a instância política, nesta área precisa, necessita duma forte legitimação científica. E os cientistas sociais não raras vezes são chamados a caucionar *memórias/identidades fictícias*, a partir de critérios exteriores, erguidos na base de conveniências conjunturais, de negociações reguladas pelo peso do mercado, sem qualquer (remota) articulação com uma investigação independente. As ciências que lidam com o passado sabem que, periodicamente, são induzidas, por outras instâncias, a remover “memórias míticas” que já não servem projectos do presente, e a substituí-las por outras, mais adequadas ao “ar do tempo”. É aqui que as instâncias políticas recorrem à competência dos cientistas.

E é precisamente aqui, em que a sua competência sancionadora se torna tão indispensável, que se colocam, como é óbvio, não apenas questões de ordem estritamente ética (o dispositivo científico ao serviço de interesses que o subvertem), mas questões epistemológicas que são constitutivas da própria ciência (a produção de verdade, de mentira, de simulacro).

Na verdade, as instâncias políticas, ao requererem da comunidade científica a sua legitimação para a fabricação de memórias/identidades, despoletam (sem que necessariamente o desejem), no interior desse outro campo, uma obrigatoriedade de clarificação dos critérios de produção de passado.

Conservar para quê? Conservar para servir os projectos do presente. Mas de que maneira é possível adequar o discurso conservacionista (e a sua manifesta dissimulação) aos parâmetros da liturgia científica da actual modernidade?

3. Conservar o quê?

Marc Guillaume diz-nos que o passado, embora reduzido ao silêncio, pode, no entanto, constituir-se em “*campos de saber e de fazer valer*” (Guillaume, M., 1990, p. 16). A questão que aqui se coloca é a da relação entre a competência de quem sabe (ou seja, de quem avalia o valor científico/patrimonial dum lugar do passado) e a competência de quem decide sobre qual o lugar circunstancialmente “melhor colocado” para servir a valorização pública. Normalmente estas duas competências não se acumulam nos mesmo actores sociais. Os arqueólogos e os técnicos do património detêm uma capacidade de intervenção puramente simbólica sobre o valor científico, patrimonial, estético, etc., dos sítios em que operam, competindo aos “gestores do património” – vulgo, “políticos” – o poder económico de conferir meios para se valorizar uns em detrimento de outros.

Sendo o “valor” um conceito relacional (não existem valores em si mesmos), o “melhor sítio representativo dum qualquer passado” corre quase sempre o risco de ser aquele que vai ao encontro de interesses que tiveram a capacidade de impor as suas escolhas como universais. Ou seja, relativamente ao tema “o que conservar”, observa-se a sistemática hegemonia da valorização segundo critérios de política corrente, mesmo quando tal valorização parece ir ao encontro dos interesses dos cientistas.

Um caso recente de valorização política foi o das gravuras do Côa. Na aparência, tal valorização deveu-se à capacidade e saber dos arqueólogos em apresentar ao poder político instituído argumentos irrecusáveis: não apenas argumentos assentes na confirmação da raridade e antiguidade das gravuras paleolíticas, mas, sobretudo, na mudança de paradigma que tal descoberta comportava relativamente à cartografia mental das populações de há 20 mil anos. A partir da descoberta destas gravuras de ar livre era

possível repensar a natureza da capacidade cognitiva dos primeiros seres modernos da Península Ibérica e até da Europa. Tratava-se duma grande descoberta.

A espectacularidade de tal descoberta, do ponto de vista do conhecimento, e o seu aparente reconhecimento pelo poder político (através da suspensão duma barragem prevista para o local das gravuras e, mais tarde, através da sua candidatura e aprovação como “bem da humanidade” pela UNESCO), deu lugar a que se pensasse que, por uma vez, a valorização dum “bem do passado” se devia ao que então se chamou “o lobbi dos arqueólogos”. Ora só uma enorme ingenuidade, distração, ou mesmo alguma dose de premeditada mistificação, podia ler os acontecimentos ocorridos (inicialmente, entre 94 e 95) como uma valorização social ancorada em critérios fundamentalmente científicos. Ao contrário, o então novo poder político, necessitando, a curto prazo, duma bandeira cultural de sinal oposto (estava-se em fase de mudança de governo e de reorganização de poderes), apropriou-se duma descoberta de excepcional valor patrimonial e elegeu-a como elemento de propaganda da sua nova estratégia política. Inicialmente, algo estonteados, alguns arqueólogos acreditaram que haviam influenciado decisivamente este processo. Mas, em breve se aperceberam de que, globalmente, haviam sido utilizados pelos que haviam ajudado a promover a valorização social do “santuário” do Côa. E, uma vez passada a turbulência inicial, suscitada pela revelação duma série de equívocos, o lugar do Côa estagnou enquanto “sítio patrimonializado” e a arqueologia portuguesa assistiu a uma das mais potentes convulsões da sua história recente. Não consta que, na sequência directa da promoção política do Côa, a actividade arqueológica em Portugal tenha progredido. E se houve inegável desenvolvimento desta actividade em algumas frentes, ele deveu-se a variadíssimas circunstâncias que conseguiram vingar “apesar do caso Côa”. Em suma: um cruzamento de contingências deu aos políticos, de mão beijada, uma espécie de “galinha dos ovos d’ouro” que aqueles aproveitaram em nome, claro está, da “cultura e da civilização”. Trata-se dum caso exemplar em que o passado, reduzido, como sempre, ao silêncio, foi objecto de “saber e de fazer valer” através duma curiosa operação improvável, em que “colaboraram”, durante um breve período, apesar dos interesses divergentes, políticos e cientistas sociais.

4. Conservar para quem?

Numa época em que impera a *ideologia de consumo global*, conserva-se (idealmente) para *o maior número de pessoas*, apesar das suas diversidades culturais.

Como é que se seduzem pessoas, em todo o mundo, a visitar ruínas conservadas, tendo em conta a pluralidade de gostos, de níveis culturais, de meios sociais e económicos, de estatutos identitários, etc.? Tanto mais que os monumentos do passado

competem, enquanto lugares de refúgio, de escape ou de sonho, com outros lugares que devem o seu estatuto turístico a enquadramentos paisagísticos espectaculares.

Creio que os monumentos e as ruínas, quando convenientemente apresentados, possuem uma mais valia indiscutível: uma marca do traço humano na paisagem. Esse traço faz da ruína um *comutador físico entre o natural e o cultural*: a expressão material duma relação específica do humano com o tempo. Tal qualidade parece ser percebida pela grande maioria de visitantes de ruínas em todo o mundo.

Um monumento transforma-se, assim, num poderoso lugar de suspensão, um parêntesis de recolhimento na vida extensa de todos os dias. Um lugar de reflexão sobre a natureza do tempo. Reflexão que ocorre em “lugares fora de tempo”, onde a paragem transitória dos tempos extensos (de que são feitos os quotidianos violentos do dia-a-dia) incita à experimentação de *tempos intensos*, de *tempos indecidíveis*, ou seja, conduz à *vertigem da emoção*. O “tempo puro” de que fala Augé (2003a, p. 9, p. 40), o tempo sem história, o tempo indefinível, emerge, indelével, neste sítios que, tendo como pano de fundo a imaginação de passados enigmáticos, podem, de facto, transfigurar-se em lugares de excepcional e reconfortante densidade.

E, no entanto, apesar desta qualidade algo diáfana, generalizável à maioria das ruínas (lugares terapêuticos da modernidade), elas não serão nunca completamente experienciadas se não dispuserem de mecanismos de inteligibilidade para os diferentes públicos que as visitarem. Refiro-me evidentemente não apenas às *fórmulas de apresentação física* das ruínas (desde as minimalistas até às que arriscam reposições), mas também aos *discursos interpretativos sobre as mesmas*.

As narrativas tradicionais sustentam interpretações não apenas simples, mas imutáveis e homogeneizantes. Referem-se a “passados acontecidos” que teriam como espaço de acção os monumentos valorizados. Fazem passar a mensagem de que a “funcionalidade” dos sítios foi decifrada através dum processo de descodificação linear, e não aceitam (explícita ou implicitamente) a possibilidade de alteração global da teoria interpretativa apresentada.

São narrativas autoritárias que se impõem aos visitantes, qualquer que seja o grau de compreensão ou de adesão das pessoas a tais narrativas. Apelidaria tais discursos interpretativos – de facto, maioritários – de *discursos frágeis*, devendo-se tal fragilidade à rigidez da formulação teórica e ao carácter redutor do modelo comunicacional. O que é inflexível é frágil.

Em alternativa, embora mais raras, surgem também narrativas inovadoras sobre os lugares do passado. Salientam-se pela admissão de que sobre esses lugares se podem construir actualmente *diferentes e contraditórios discursos*, eventualmente *efêmeros*, abertos à *contingência* do processo de investigação sobre esses mesmos lugares. Estas narrativas surgem num contexto científico contemporâneo de negação do “passado acontecido” e da sua substituição pelo “passado representado”. A contin-

gência interpretativa, quando integrada no discurso museográfico, pode ser fruída em íntima articulação com a dimensão atemporal deste lugares. Apelidaria tais discursos interpretativos de *fortes*, residindo a sua fortaleza no *carácter flexível da estrutura teórica subjacente e na abertura do modelo comunicacional*. O que é flexível, diria, é sempre forte.

As narrativas abertas à problematização implicam meios mais sofisticados de apresentação pública, em íntima relação com as diversas competências de recepção por parte dos visitantes. Como é óbvio, nunca será sério argumentar que a maioria dos públicos não está preparada para atingir a complexidade de discursos contingenciais, sendo certo que quaisquer discursos museográficos requerem a criação de dispositivos comunicacionais adequados à variabilidade dos agentes receptores.

Conservar para quem? Conservar para *todos* e para *cada um de nós*. E, fundamentalmente, para o que existe de *irreduzível em cada um de nós*. Neste ponto, a fruição dum lugar do passado (qualquer que tenha sido a operação de cosmética exercida sobre uma ruína ou um monumento) só a cada um de nós diz respeito.

Porto, Novembro de 2004

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, M. (2001). *As formas do Esquecimento*, Almada, Íman Edições.
- AUGÉ, M. (2003a). *Le temps en Ruines*, Paris, Galilée.
- AUGÉ, M. (2003b). *Pour Quoi Vivons-nous?*, Paris, Fayard.
- GUILLAUME, M. (1990). Invention et stratégies du patrimoine, *Patrimoines en Folie* (dir. Henri-Pierre Jeudy), Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 13-20.
- GUILLAUME, M. (2003). *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- JEUDY, H.-P. (dir.) (1990). *Patrimoines en Folie*, Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- JEUDI, H.-P. (dir.) (1995). *Exposer, Exhiber*, Paris, Ed. de la Villette.
- JEUDI, H.-P. (2001). *La Machinerie Patrimoniale*, Paris, Sens & Tonka.
- JORGE, S. O. (no prelo). Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, A.A.P., 2003.
- THOMAS, J. (2004). *Archaeology and Modernity*, London, Routledge.

